

**DESENVOLVIMENTO  
LOCAL COMO  
SIMULACRO DO  
ENVOLVIMENTO: O  
NOVO-VELHO SENTIDO  
DO DESENVOLVIMENTO  
E SUA FUNCIONALIDADE  
PARA O SISTEMA DO  
CAPITAL**

*LOCAL DEVELOPMENT AS  
SIMULATION OF INVOLVEMENT: THE  
NEW-OLD MEANING THE  
DEVELOPMENT AND ITS  
FUNCTIONALITY TO THE SYSTEM OF  
CAPITAL*

*EL DESARROLLO LOCAL COMO  
SIMULACIÓN DE PARTICIPACIÓN: EL  
NUEVO SIGNIFICADO DE ADAD EL  
DESARROLLO Y SU FUNCIONALIDAD  
AL SISTEMA DE CAPITAL*

**Josefa Bispo de Lisboa**

Professora Dra. do Núcleo de  
Geografia – Universidade Federal  
de Sergipe - Campus Itabaiana

E-mail: josefalisboa@uol.com.br

**Alexandrina Luz**

**Conceição**

Dra. do Núcleo de Pós-  
Graduação em Geografia –  
Universidade Federal de Sergipe

E-mail: aluz@oi.com.br

**Resumo:** Este estudo está centrado na ideologia do discurso do desenvolvimento a ser apreendida nas relações contraditórias do espaço do capital. Compreende-se que o discurso do desenvolvimento a partir dos anos 1980 direcionou uma reflexão sobre o processo histórico-social que faz do Banco Mundial a instituição chave do ajuste estrutural e o seu papel veiculador da ideologia do desenvolvimento local. Engendrada pela mundialização do capital, a dimensão local traz o caráter dinâmico do território, sustentado na idéia de potencialidade latente. Os lugares se tornam interessantes, atrativos e úteis à acumulação e garantem mobilidade ao capital. O discurso do desenvolvimento, longe de ser uma questão da promoção do bem-estar da sociedade, tem um caráter ilusório ao cumprir uma importante função ideológica: a legitimação das relações de produção capitalistas que operam as diferenças, ou, em outras palavras, dirigem a produção da pobreza.

**Palavras-chave:** Território, desenvolvimento regional, desenvolvimento local, desenvolvimento desigual e combinado, Banco Mundial

**Abstract:** This study is centered in the ideologic speech of the implied development apprehended in the contradictory relationships of the capital space. Investigated that understanding of the speech of the development starting from 1980 addressed a reflection on the historical-social process that makes the World Bank the key institution of the structural adjustment and its transmitter paper of the ideology of the maintainable local development expressed in the use of the territory for the capitalist exploration as manifestation of the regional development. Engendered by the mundialization of capital, the local dimension brings the dynamic character of the territory, sustained in the idea of latent potentiality. The places become interesting, attractive and useful to the accumulation and guarantee the capital mobility. The speech of the development, far away from being a subject of the promotion of the well-being of the society, shows its illusory character while accomplishing an important ideological function: the legitimation of capitalist production relationships that operates the differences, or, in other words, drive the poverty production. Geography has, the paper of watching the unequal and combined character of the development, corroborating for the elucidation and overcoming the contradictions.

**Key-words:** Territory, regional development, local development, unequal and combined development, Word Bank

**Resumen:** Este estudio se centra en el discurso de la ideológicos implica el desarrollo detenido en el contradictorias relaciones de la capital espacial. Investigó la comprensión de que el discurso del desarrollo a partir de 1980 dirigió una reflexión sobre el proceso histórico y social que hace el Banco Mundial la clave de la institución de ajuste estructural y su papel de transmisor de la ideología de la mantenible desarrollo local expresado en el uso del territorio para la exploración capitalista como manifestación del desarrollo regional. Engendrado por el mundialization de capital, la dimensión local aporta el carácter dinámico del territorio sostenido en la idea de la potencialidad latente. El convertirse en lugares interesantes, atractivo y útil a la acumulación y la garantía de la movilidad del capital. El discurso del desarrollo, lejos de ser un tema de la promoción del bienestar de la sociedad, muestra su carácter ilusorio en tanto que el cumplimiento de una importante función ideológica: la legitimación de las relaciones de producción capitalista que opera las diferencias, o, en otras palabras, impulsar la producción de la pobreza. Geografía tiene, el papel de mirar del carácter desigual y combinado del desarrollo, corroborante para el esclarecimiento y la superación de las contradicciones.

**Palabras clave:** Território, el desarrollo regional, desarrollo local, desarrollo desigual y combinado, Banco Mundial

## Introdução

O artigo analisa a ideologia do discurso do desenvolvimento local no Brasil, a partir dos anos 1990, direcionando uma reflexão sobre o processo histórico-social que faz do Banco Mundial uma instituição fundamental para a implementação das modificações que dão conta do ajuste estrutural e do falacioso discurso do desenvolvimento local. Engendrada pela mundialização do capital, a dimensão local traz o caráter dinâmico do território, sustentada na idéia da potencialidade dos lugares, que se tornam interessantes, atrativos e úteis ao movimento do capital.

Nesse ponto, interessa mostrar que a face mais visível do declínio do nacional-desenvolvimentismo no Brasil, durante os anos 1980, foi a crise da dívida, que levou o Estado ao esgotamento financeiro minando sua capacidade de planejamento. Tendo em vista a importância dos investimentos públicos, a repercussão da crise da dívida no Brasil foi decisiva para a estagnação econômica e a conseqüente dificuldade de investimento tanto para o crescimento, quanto para o atendimento social.

Este quadro exige a compreensão da crise do capitalismo que se revela em meados dos anos 1970, em um período de transição entre o padrão de acumulação fordista e a inauguração da economia flexível em escala internacional, trazendo desdobramentos para o modelo de desenvolvimento no país.

Nesse contexto, a especulação passou a ser acatada como contrapartida à queda da rentabilidade do capital na esfera produtiva, já que sem oportunidades de lucros no setor produtivo, os capitalistas se dirigiram para os investimentos financeiros especulativos (WALERTEIN, 2003).

Para Chesnais (2003), à proporção que o aumento nos ganhos de produtividade e o crescimento associaram-se à especulação financeira, a demanda nada mais foi do que uma criação do regime, sustentada no crédito, enquanto os investimentos são mantidos por empresas do setor financeiro, garantindo altas taxas de produtividade e crescimento e, ao mesmo tempo, expressando a instabilidade da financeirização.

A mundialização do capital, que se realiza sob a égide do capitalismo financeiro, exerce um poder mundial sem precedentes, provocando o desemprego estrutural, seja em decorrência do declínio nos investimentos produtivos, seja devido aos avanços no campo da informatização, ou pela preferência pela liquidez em curto prazo (as empresas optam por aplicar nos mercados financeiros).

As forças econômicas dominantes colocaram um *Novo Direito Internacional* a seu serviço, elaborado para costurar a defesa das grandes corporações, garantindo-lhes o máximo de proteção e de direitos, e ainda procurando inutilizar os direitos nacionais como, as leis e os regulamentos que garantem a proteção aos consumidores (BOURDIEU, 2001).

As instâncias internacionais como o FMI, o Banco Mundial e a OMC administram este denominado *Novo Direito Internacional* e, de modo invisível, também os governos

locais. O espaço de decisão permanece desafiado por relações externas e exteriores a ele, são relações que expressam o jogo de forças inerentes aos interesses das novas instituições de poder e aos interesses da sociedade.

Não obstante, a atuação predatória da ofensiva neoliberal, ao viabilizar o *Novo Direito Internacional*, garantiu maior movimento do capital que se tornou mais flexível, nestes termos, fugidio, fugaz, tornando-se 'virtude' deste novo tempo histórico. Nesse movimento, o capital se deslocou atrás de garantias de acumulação, apropriando-se de territórios para o seu consumo (CASTELLS, 1999).

Nesta conjuntura, dada a rapidez da técnica e da informação, há a redução das barreiras espaciais, assegurando poder de exploração de parcelas do espaço nas suas diferenças em termos de disponibilidade de materiais de qualidades específicas e custos inferiores, infra-estrutura, oferta e controle do trabalho sob condições de acumulação mais flexíveis. As diferenciações de condições de receptividade, conhecimento, técnica, ciência, estratégias de acumulação das elites locais, redes de poder e influência, também são requisitos de valorização do espaço. Nota-se que a produção muda de lugar ou de região e que quanto menores são as barreiras espaciais, mais as variações do lugar se tornam atrativas ao capital (Ibid).

Em tais circunstâncias se observa que, embora o mundo tenha se tornado menor, mais curto e mais denso, dado o avanço técnico-informacional, ele se tornou mais complexo, há nele uma centralização do poder, do dinheiro e, prioritariamente, das decisões, tudo isso ignorando as forças sociais. A mundialização do capital revaloriza as vantagens localizacionais, reforçando a competitividade entre os lugares, dessa forma, manifesta sua iminência em todos os lugares. Cada lugar específico se organiza colocando suas vantagens localizacionais a serviço do momento da reprodução.

As especificidades que estabelecem a diferenciação entre os lugares resultantes, tanto dos processos da natureza, como dos processos econômicos e sociais, tiveram seu valor relativizado pela mundialização do capital. As redes e fluxos complexificaram os lugares, de modo que a criação e o desfazer dessas parcelas do espaço se processam com enorme rapidez. Novos territórios são construídos e desconstruídos a depender da função que vão assumindo para a reprodução do capital.

Para o caso dos países em desenvolvimento que mostraram durante os anos 70, ritmos de crescimento econômico superiores aos do mundo desenvolvido (embora tal desempenho tenha se baseado no modelo primário-exportador e na substituição de importações), o acesso ao financiamento desse desenvolvimento se esgotou nos anos 80, unindo circunstâncias desfavoráveis adversas. Além do endividamento externo e do esgotamento do padrão de crescimento econômico interno, esses países tiveram que enfrentar os desafios da nova revolução tecnológica e organizativa da produção flexível.

Este novo modelo alcançou a década de 1980, nos países em desenvolvimento, desvendando as contradições do sistema, à medida que houve uma redução dos empréstimos, em consequência ocorreu uma eclosão da crise da dívida nesses países. Os

novos empréstimos que passaram a ser realizados junto ao FMI (recursos de bancos privados) exigiram dos países tomadores, as Cartas de Intenção, agravando em muito a conjuntura.

Assim, a mobilidade geográfica do capital passou a ser central na nova dinâmica do sistema de acumulação e da produção do espaço, expressando sua dinâmica decisiva para a gestão do estilo de desenvolvimento, que passou a ser implantado.

Neste contexto, a mudança do discurso do desenvolvimento sob esses novos pressupostos que o capitalismo vem se configuração nas últimas décadas acentua sua lógica destrutiva, que concebe:

- a substituição do padrão taylorista e fordista pelas formas produtivas flexibilizadas e desregulamentadas com foco nos territórios;
- a desregulação neoliberal privatizante e excludente que vem solapando o modelo de Estado de bem-estar social:

Trata-se de uma transição com especificidades que se explicitam nos campos econômico-social, político e ideológico.

Demarcando o campo político e econômico-social, a ofensiva foi definida para fomentar a competitividade entre Estados e empresas e gerar consumo, postulados em um modelo de desenvolvimento que privilegia a inserção internacional fundada em operações que se realizam dissociadas das demandas internas. Desenvolvimento é então apreendido como integração econômica mundial e, esta se materializa a partir da espacialização da globalização. A globalização, por sua vez é concebida como um paradigma<sup>1</sup>. É como se, de fato, existisse um mundo homogêneo ou em processo de homogeneização econômica e social.

No campo ideológico, o neoliberalismo lança mão da crença de que as relações capitalistas são as únicas formas de relações sociais historicamente possíveis, dando ao mercado a força de regulador livre, equilibrador e justo dos interesses e relações sociais.

O neoliberalismo soube enfrentar o desafio de inculcar suas fórmulas dispondo das teses de Friedrich Hayek e Milton Friedman que expressam a idéia básica do livre mercado e da intervenção estatal como um risco para a liberdade individual e o caminho mais seguro para a imposição de regimes autoritários. Não obstante, é preciso reconhecer que a aceitação desses seus discursos não se produziu no acaso, mas tomados pela onda privatista, concernente à reestruturação produtiva em curso. A tese da liberdade do mercado é a de que o setor público, ou seja, o Estado pela sua ineficiência é o responsável pela crise<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Neste domínio, Fiori (1998) examina a globalização como uma apologia ideológica. No dizer de Fiori, o termo globalização mascara uma lógica do desenvolvimento que é, antes de mais nada, não equitativo e concentrador, e mostra-o como o orientador do novo tipo de desenvolvimento que precisa acontecer.

<sup>2</sup> Nessa direção, durante o Consenso de Washington em 1989, esse discurso consolidou as macro-políticas econômicas e as políticas setoriais que, viabilizariam o programa de estabilização e as reformas para ajustar as economias dos países devedores às condições de pagamento de suas dívidas com credores externos.

Essa tese, subjacente ao quadro atual do capitalismo contemporâneo tem orientado o debate sobre o futuro dos Estados, obrigando a questionar se na nova ordem mundial haverá lugar para um sistema político global amparado pelos Estados-nacionais.

Trata-se de uma conjuntura que impõe mudanças de paradigma técnico econômico e organizativo da produção e adaptações sociais, culturais e institucionais, dentre as quais cabe citar: a reforma e descentralização do Estado; um destaque para o papel destinado ao território como ator do desenvolvimento e, não somente, como espaço ou suporte passivo do desenvolvimento de atividades; e a emergência do desenvolvimento local como cenário econômico, político e social, exigindo um redirecionamento integrado das políticas públicas, voltadas para espaços territoriais.

### **A funcionalidade do Estado na lógica do capital financeiro**

Uma vez que as relações econômicas são reguladas pelo mercado, a natureza do Estado e a sua função, enquanto instituição reguladora e ‘promotora do bem-estar social’ e econômico muda. Este Estado deve conduzir uma economia de mercado perante o sistema financeiro internacional, com ampla abertura comercial, e privatizações.

A inserção dos países nesse processo se realizou de forma assimétrica e hierarquizada e vem se traduzindo em limitações à autonomia das políticas nacionais dos Estados (BELLUZO, 2001).

Na busca por novos mercados e pela internacionalização da produção, a redução de fronteiras garantiu a flexibilidade necessária às novas articulações, transformando, principalmente os países menos desenvolvidos, em meros consumidores de produtos industriais e em fontes de matéria-prima e mão-de-obra barata.

Esta estratégia, facilitada a partir da queda da guerra fria, da implementação do *Novo Direito Internacional*, da hegemonia das agências financeiras multilaterais dirigiu uma reestruturação na economia mundial, que passou a ser dominada por investimentos à escala global, processos de produção flexíveis e desregulação das economias nacionais.

Nesta conjuntura, as economias nacionais deveriam abrir-se ao mercado mundial adequando seus preços aos preços internacionais; a exportação deveria ser priorizada; as políticas monetárias e fiscais tinham que ser orientadas para a redução da inflação e da dívida pública; a regulação estatal tinha que ser mínima.

Os países periféricos tiveram que se submeter a essas exigências como condição de renegociação das dívidas externas com as agências financeiras multilaterais. Esta condição viria garantir o retorno dos investimentos.

Para Boaventura de Souza Santos (2002), o Estado Nação parece ter perdido a sua centralidade tradicional enquanto unidade privilegiada de iniciativa econômica, social e política. Observou-se que os Estados, ao buscarem fazer alianças, foram minando sua soberania dentro de uma lógica justificada por meio do argumento da ineficiência do Estado, que além de tudo, se encontrava falido. Tal argumento ia legitimando as medidas

que levaram à quebra dos monopólios públicos, as privatizações, etc.

Os Estados nacionais das economias periféricas absorveram as orientações emanadas de um poder global que toma as decisões, através de instituições e organismos multilaterais (OMC, Banco Mundial, FMI, BID). A própria ONU, considerada a mais abrangente organização multilateral mundial está sendo dominada pela mesma lógica mercantil e de poder. O *Novo Direito Internacional*, ou seja, a criação de novas regras, para os fluxos de capitais, mercadorias, serviços e informações, política de enxugamento do estado, privatizações, desregulamentações, etc., sustenta a condição do funcionamento do momento atual da reprodução do capital, como observa Pierre Bourdieu

é a lógica do campo e a força própria do capital concentrado que impõem relações de força favoráveis aos interesses dos dominantes. Estes detêm os meios de transformar essas relações de força em regras do jogo aparentemente universais através das intervenções falsamente neutras das grandes instâncias internacionais (FMI, OMC) por eles dominadas ou sob o véu das representações da economia e da política que estão em condições de inspirar e de impor e que tinham encontrado sua formulação mais bem acabada no projeto do AMI (Acordo Multilateral de Investimento): essa espécie de utopia de um mundo livre de todas as coerções do Estado e entregue apenas à arbitrariedade dos investidores dá uma idéia do mundo realmente globalizado que a internacional conservadora dos dirigentes e dos executivos das multinacionais industriais e financeiras de todas as nações visa impor ao apoiarem-se no poder político, diplomático e militar de um Estado imperial pouco a pouco reduzido a funções de manutenção da ordem interna e externa (2001, p. 114).

Mas a forte presença dessas organizações, de forma contraditória e combinada, confirma o que a história recente do capitalismo tem demonstrado. Na medida em que os Estados continuam contribuindo decisivamente para o funcionamento do mercado, sobretudo, nos países centrais (onde a atuação dos governos tem sido fundamental para o bom funcionamento dos negócios na esfera dos mercados), eles sustentam um papel decisivo na disputa/manutenção de posições no espaço econômico mundial (SOUZA, 2000)<sup>3</sup>.

Nas nações dominantes o Estado vem assumindo a defesa dos interesses não só dos seus próprios capitais, mas do capital de origem estrangeira, quer dizer, quando atrai investimentos externos, o estado assegura vantagens em relação a esse capital forâneo, que deve se articular ao fortalecimento do capital local. Entretanto, coisa bem diferente se passa no caso dos estados dos países periféricos. Nestes casos a mundialização do capital tem tido o efeito de reforçar a subordinação aos interesses do capital financeiro

---

<sup>3</sup>Os Estados Nacionais continuam a ocupar papel crucial na defesa dos seus capitalistas no cenário internacional. Eles criam as condições para que os fluxos se realizem e funcionam como mola propulsora, promovendo a abertura das economias nacionais para mercadorias e capitais produtivos e especulativos.



internacional, dessa forma, se tornando mínimo para as questões nacionais (Ibid). Nas palavras de Mészáros (2003), o sistema do capital não sobreviveria uma única semana sem o forte apoio que recebe do Estado.

Destarte, se o Estado capitalista aparece como o ‘comitê executivo’ do mercado (conforme destaca Francisco de Oliveira), do que o árbitro neutro, colocado acima das classes sociais (como em Hobbes e Locke), isto se deve às articulações do capital financeiro dentro de cada estado nacional. Sem as políticas de desregulamentação, de privatização e de liberalização do comércio empreendidas pelos governos nacionais, o capital financeiro e os grupos internacionais não teriam conseguido romper os obstáculos e explorar os recursos existentes e necessários à sua ampliação.

Desse modo, a eliminação dos Estados nacionais não é procedente para o atual momento do capitalismo, mas por outro lado, nos países de economia periférica, eles precisam ser desmantelados para abrigar as determinações dos grandes grupos financeiros que operam independentemente da soberania nacional.

Para Pierre Bourdieu (Op. cit.), esta operação que leva à globalização não causa uma homogeneização, mas ao contrário, leva à extensão de um pequeno grupo de nações dominantes sobre o conjunto das praças financeiras nacionais. Enquanto para muitos a globalização se coloca como inexorável e irreversível, para outros, a globalização é apenas uma retórica pregada pelos governos que precisam justificar sua submissão ao processo de financeirização da economia.

Como principal consequência se tem o aumento das desigualdades de oportunidades entre pessoas e entre países ricos e pobres, expressando exatamente o contrário do que propõe o discurso da homogeneização, portanto, “é vão esperar que essa unificação garantida pela ‘harmonização’ das legislações conduza exclusivamente por sua lógica, a uma verdadeira universalização” (Ibid, p. 121). Essa integração na realidade tende a enfraquecer os poderes locais, regionais e nacionais, sendo o dado mais perverso neste plano, o processo de naturalização da exclusão. Essas condições aprofundam a dessocialização do capital e libertam-no dos vínculos sociais que garantiram certa proteção social na fase do Welfare State.

Sob o manto da descentralização, o Estado, que se tornava mínimo para a defesa do nacional no Brasil, realizou, durante a década de 1980, reformas políticas importantes, particularmente a retomada das eleições diretas e as deliberações da Constituição Federal de 1988<sup>4</sup>.

A democratização e a descentralização propostas pela Constituição de 1988 legitimam a alteração das bases de autoridade dos governos. Nesse contexto, a descentralização foi compreendida como distribuição das funções administrativas entre os níveis de governo.

---

<sup>4</sup> Considerava-se que a excessiva centralização do regime militar negava a participação da sociedade civil nos processos decisórios que, associada à cultura de corrupção, produzia consenso em torno da emergência de um modelo de descentralização.

A descentralização viria permitir a introdução de regras de comportamento privado no setor público, de modo a estabelecer maior concorrência no âmbito de cada esfera descentralizada de governo e propiciar condições para a cobrança de serviços públicos eficientes por parte da população. Trata-se de um novo paradigma de organização que pressupõe a eficiência do setor público.

No conceito de Bennett (1990), a descentralização consiste na redistribuição de recursos, na criação de espaços de decisão e competências, e em atribuições de responsabilidade e de poder político-econômico em cada formação econômico-social específica. Nota-se que o elemento decisivo nesta conceituação é a redistribuição de poder político-econômico. Constitui desse modo, uma resposta do Estado à necessidade de atender à multiplicidade de demandas territorialmente diferenciadas, ou seja, de enfrentar o desafio de articular o geral com as particularidades na gestão pública.

Esta redemocratização e/ou descentralização, associada ao contexto da crise do Estado inaugura um período de transição com a ruptura do padrão de financiamento do setor público e a perda por parte do Estado de definir interesses regionais que possam fortalecer as regiões e minimizar suas diferenças. Ao mesmo tempo, fortalece-se o discurso da presença necessária da sociedade civil, esta que é chamada para administrar suas próprias demandas.

Surge um novo ordenamento, onde as iniciativas locais devem constituir a expressão da descentralização e, onde a sociedade civil é chamada para ser protagonista. A descentralização emerge como mecanismo de redistribuição do poder político que pode permeabilizar o regime às pressões e à participação dos setores populares. Significa também um instrumento de implementação sobre determinada base territorial de um desenvolvimento em favor das maiorias sociais, mediante a redistribuição espacial de recursos (RIKER, 1987).

Na prática, as políticas públicas enquanto ações direcionadas para modificar uma determinada realidade territorial, têm de um lado, a população sendo convidada a definir prioridades, e do outro, as decisões relacionadas a recursos ainda fortemente concentradas.

O destaque é para o território enquanto ator do desenvolvimento. Entra em vigência um modelo que visa o uso do território em decorrência dos seus potenciais. Trata-se de entender as interconexões entre o local (a comunidade) e o global (o supranacional) trazendo para o centro dos interesses econômicos a valorização do potencial de cada território. Os lugares são tornados territórios pelo capital e passam a apresentar a alternativa encontrada pelo capitalismo para suprir as suas demandas, por sua vez, a descentralização transfere para a sociedade civil (contraditoriamente, retira dela) a responsabilidade pela eficácia desse território.

### **O território como ator do/no desenvolvimento**



O capital produz territórios, à medida que desenvolve práticas espaciais visando sua conquista/apropriação e uso, ou seja, estabelece sua territorialidade quando vai definindo relações sociais e de produção no lugar. Esta idéia de dominação/apropriação, pelo poder do capital, se estabelece no momento que, ao abrir novos espaços para a sua acumulação/reprodução, o capital os torna territórios de uso e exploração em função dos seus fins.

Assim, o território se conforma como uma estratégia de política econômica para o crescimento e fortalecimento dos sistemas produtivos locais. O território aparece como o local apropriado para a inovação tecnológica e organizativa e o fortalecimento do tecido produtivo empresarial local.

À medida que a crise de financiamento da década de 1980 começa a demandar soluções, exigindo que o Estado procure na potencialidade dos seus territórios a garantia da produção de superávit para pagamento dos juros da dívida interna e externa, impõe-se um redirecionamento no papel das políticas, que devem partir do território. Este deixa de ser apenas um suporte passivo do desenvolvimento e passa a ser ator no processo de desenvolvimento. Ele resulta da apropriação e controle por parte de um determinado agente social. Esta apropriação não está vinculada à propriedade, mas ao controle efetivo, legitimado ou não pela sociedade.

Milton Santos adverte que “as configurações territoriais são apenas condições. Sua atualidade, isto é, sua significação real advém das ações realizadas sobre elas” (2001, p. 248) e por isso não é possível pensar o território como base material, pois “deveremos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política” (ibid, p. 247). Ou seja, é o uso do território e não o território em si mesmo que o faz importante. Enquanto existirem vantagens localizacionais nesses territórios, do ponto de vista da reprodução, as empresas têm olhos para seus próprios fins, o que coloca a exclusão como condição inerente à produção capitalista do espaço (MILTON SANTOS, 2001; DAVID HARVEY, 2005 & NEIL SMITH, 1998).

Para Marcelo Lopes de Souza (1995), os territórios existem e são construídos e desconstruídos em diferentes escalas, desde a da rua à escala internacional. Quer dizer, sempre que houver homens em interação com um espaço, primeiramente transformando a natureza, criando continuamente valor, ao modificar esta natureza através do trabalho, estar-se-á também diante de um território.

As economias locais se recriam diante da articulação mundial: novas formas de organização surgem – redes de pequenas empresas, produção flexível e descentralizada são conectadas às forças do mercado global que enquadram os territórios em redes e viabilizam uma globalização que se realiza pelo interesse dos grupos empresariais detentores do controle das técnicas e da informação<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> A globalização se reveste da oportunidade de inclusão ao permitir que novos lugares manifestem sua especificidade, sua criatividade. O capital abre novos espaços, cujas características empreendedoras passam a representar vantagens localizacionais para o capital.

Sobre esse aspecto, Milton Santos (1996) salienta que a articulação em redes vem impondo uma união vertical dos lugares, à medida que vão sendo disponibilizados créditos internacionais para os países pobres e nessa união ocorre um acontecer hierárquico ou uma tendência à racionalização das atividades sob o comando do mercado universal e dos governos mundiais.

O FMI, o Banco Mundial, o GATT, as organizações internacionais, as Universidades mundiais, as Fundações que estimulam com dinheiro forte e pesquisa fazem parte do governo mundial que pretendem implantar, dando fundamento à globalização perversa e aos ataques que hoje se fazem, na prática e na ideologia, ao Estado Territorial (Ibid, p. 18).

Para Milton Santos (Ibid), a partir dessa realidade se observa que vai emergindo no território, tanto as verticalidades - enquanto normas, regras utilitárias que colocam os lugares no mercado mundial em benefício das relações de mercado, como as horizontalidades, que se constituem na própria forma de organização do território em função dos seus próprios interesses de produção e de consumo. Para esse autor, o território hoje pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede. Todavia, são os mesmos lugares que formam as redes e que formam o espaço banal. “São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalizações diferentes, quiçá divergentes ou opostas” (Ibid, p. 16).

O lugar neste momento tem (re)surgido impulsionado pela globalização, que se nutre das suas especificidades e dos custos, quer sejam de mão-de-obra, quer sejam de matérias-primas ou ainda, vantagens fiscais. A reconstrução do lugar o coloca em evidência de uma forma diferente. O lugar ganha uma capa diferente dando a impressão de ser um campo aberto para especulações. Passa a adotar uma imagem de território dinâmico, empreendedor, apto para receber investimentos externos.

Concentram-se os esforços em apresentar um potencial de atração de recursos com base na imagem, nas capacidades de gerar relações positivas em torno de suas características ambientais específicas, os atores sociais e sua mobilização, as estratégias e projetos para o desenvolvimento produtivo local.

Aparecem os discursos do empreendedorismo, de autonomia e participação, com a adoção de políticas públicas ditas descentralizadoras. Estas políticas racionalizam recursos, pois se o território tem seu potencial e as comunidades, o conhecimento para lidar com a produção - então os investimentos podem ser abreviados em função das vantagens ali alocadas.

Para Marcelo Lopes de Souza (Op. cit), a questão primordial que deve preocupar, não está nas características geocológicas, nem nos recursos naturais de certa área, nem mesmo nas ligações afetivas e de identidade entre o grupo social e seu espaço, pois os

territórios podem ter um caráter permanente ou uma existência periódica. Para o autor, tudo depende dos interesses do capital num dado momento da reprodução, o que importa é perceber como se estabeleceram a apropriação, o controle, a vulnerabilidade e flexibilidade as quais os territórios estão submetidos.

Neste ponto, é importante salientar o caráter empreendedor dos Estados, cujos esforços no sentido de se tornarem chamarizes dos investimentos do capital, os transformam em gabinetes para viabilização de estratégias de atração de empreendimentos, pois dificilmente, na contemporaneidade, “desenvolvimento algum em larga escala acontece sem que o governo local (ou a coalizão mais ampla de forças que constitui a governança local) ofereça como estímulo, um pacote substancial de ajuda e assistência” (HARVEY, 2005, p. 175). Promove-se um pseudo-poder de decisão para as esferas administrativas mais próximas do cidadão. A retórica da autonomia do lugar, do respeito à gestão do e pelo lugar torna as cidades ou os municípios atrativos<sup>6</sup>.

Os atores locais ganham maior destaque, na medida em que conhecem melhor as suas potencialidades (circunstâncias ambientais, econômicas, culturais e políticas) concretas.

Dessa forma, o que se nota é que as políticas neoliberais, não apenas procuram explorar as eventuais potencialidades dos territórios, como buscam o corte de custos por parte dos estados nacionais, para que esses optem por acertos nos balanços de pagamento, de modo a garantir superávit (imprescindível à remuneração dos juros da dívida interna e externa).

Pode-se ver como a reestruturação econômica impõe adaptações pondo em evidência a interação entre os âmbitos local e global, considerando que é o nível local que dispõe do ambiente propício à inovação. Nestes termos, os gestores públicos são convocados a estimular as iniciativas de desenvolvimento local com intervenções na reestruturação dos seus sistemas produtivos, de modo que esta orientação do desenvolvimento possa promover a revanche ao caos provocado pela globalização.

Esta possibilidade de correção dos desajustes oriundos da reestruturação produtiva não é a mesma daquela apresentada por Milton Santos (Op. cit) quando se referia ao espaço banal. Para Santos (Ibid), o espaço banal é o espaço de todos e este é elaborado pelas horizontalidades, ou seja, quando o território se articula como espaço de luta dos trabalhadores oprimidos para estabelecer a sua revanche à força das redes verticais.

### **A iminência do desenvolvimento local no cenário econômico, político e social**

O desenvolvimento local no Brasil, como temática de estudo ganhou maior significado na segunda metade da década de 80, com as reflexões sobre as primeiras experiências de descentralização de políticas públicas durante o debate em torno da formulação da

---

<sup>6</sup> No caso do espaço urbano, segundo Harvey (2005), os investimentos enfocam a qualidade de vida. A valorização de áreas urbanas degradadas, inovação cultural e melhoria da estrutura urbana servem de atrações para que esses espaços possam ser consumidos.

Constituição Federal. No entanto, o local - visto sob a perspectiva de um novo enfoque de construção do desenvolvimento, ou como base de uma nova visão de desenvolvimento, somente surgiu na década de 1990, quando foram exercitadas diversas experiências apoiadas por organismos internacionais, governamentais e não governamentais<sup>7</sup>.

Atualmente, o processo de mudança em curso torna atual a reflexão sobre o local como cenário revestido de significado, constituindo-se palco das estratégias e políticas de desenvolvimento voltadas para a melhoria da qualidade de vida das populações. O desenvolvimento local se coloca como uma resposta endógena às conseqüências da crise econômica e, ao mesmo tempo, como reflexo da descentralização econômica, política e social.

A dimensão local engendrada pelos processos concomitantes de mundialização do capital, descentralização e mudanças no papel do Estado vem sendo interpretada como uma comunidade de atores públicos e privados, que oferece um potencial de recursos humanos, infra-estruturas educativas e institucionais, na qual a mobilização e a valorização geram idéias e projetos de desenvolvimento alternativo (PRÉVOST, 1996). Daí por que se considera que o que estrutura o local, ou seja, os relacionamentos, as redes que ligam o pequeno mundo territorial com o mundo cultural, político, econômico e social, se constitui o contraponto à globalização (Ibid).

Para muitos autores, a globalização questiona o padrão anterior de desenvolvimento apoiado no Estado Nacional, o que a faz ampliar as possibilidades de desenvolvimento local, pois as condições da globalização na dinâmica dos sistemas produtivos “ha favorecido las vinculaciones entre los elementos funcionales y territoriales, lo que impulsa al encuentro de las estrategias de desarrollo endógeno y de desarrollo exógeno” (VÁZQUEZ BARQUERO, 1998, p. 23).

Segundo Barquero, o desenvolvimento econômico local se define como um processo “de crecimiento y cambio estructural que mediante la utilización del potencial de desarrollo existente en el territorio conduce a la mejora del bienestar de la población de una localidad o un territorio” (Ibid, p. 16). Ao contrário da visão do desenvolvimento exógeno de caráter redistributivo, que incentiva a atração de capitais e empresas externas para impulsionar o desenvolvimento das localidades periféricas, o novo paradigma do desenvolvimento endógeno ou local considera como espaço preferencial, economias de regiões e cidades, que possam crescer utilizando o potencial de desenvolvimento presente no território.

Tem a ver com o estreitamento das articulações entre o sistema produtivo e a sociedade, conforme as orientações emanadas na lógica do ajuste estrutural. É uma interpretação “orientada para a ação, na qual os atores locais determinam o caminho de crescimento da economia local através de suas decisões de investimento e de suas iniciativas” [...] (Ibid, 2001, p. 93).

---

<sup>7</sup> Merece destaque, a iniciativa do Projeto de Cooperação entre o Banco do Nordeste e o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) que em 1995 deu início a um Programa de Apoio ao Desenvolvimento Local.

A teoria do desenvolvimento local refere-se a organizações produtivas imersas “em entornos que permitam formar coalizões entre atores locais – de modo a impulsionar a inovação — bem como remete a mudanças estruturais e ao desenvolvimento local” (ibid).

Em documento produzido para a Conferência de Istambul, J. Borja e Manuel Castells (1997) observam que na relação global/local, o local se constitui o lócus de gestão do global, dada a sua importância no tocante à produtividade e competitividade econômicas, a possibilidade de integração sociocultural e da representação e gestão das políticas públicas. De acordo com o documento, pretende-se dar um poder superior aos governos locais que poderão desenvolver seus empreendimentos locais, de modo a atrair capital e ampliar sua competitividade,

os governos locais dispõem de duas importantes vantagens comparativas com respeito a seus tutores nacionais. De um lado, gozam de uma maior capacidade de representação e legitimidade com relação a seus representados; são agentes institucionais de integração social e cultural de comunidades territoriais. De outro, gozam de muita flexibilidade, adaptabilidade e capacidade de manobra em um mundo de fluxos entrelaçados, demandas e ofertas cambiantes e sistemas tecnológicos descentralizados e interativos (BORJA & CASTELLS, 1997, apud BOURDIEU, 2001, p. 19).

O local adquire um sentido mais soberano e incorpora o poder da representatividade legítima, tanto do pensar a comunidade, quanto do fazer para a comunidade. Reitera-se que nas estratégias de desenvolvimento, a sociedade local não se comporta passivamente aos processos de transformação em curso, ela desenvolve iniciativas a partir de suas particularidades territoriais conforme os planos econômico, social, cultural e político.

O local como resultado da nova espacialidade imposta pelas condições da dinâmica capitalista alia cooperação e concorrência, incorpora trabalhadores informais (como saldo da crise estrutural), famílias, e empresas. Combina especialização com flexibilidade e trás como elemento central a organização territorial do sistema produtivo baseado em micro, pequenas e médias unidades. Estas devem desenvolver vantagens e produzir um ambiente favorável a mudanças (CRUZ, 2004).

A expectativa da geração de trabalho, emprego e renda é central na perspectiva do desenvolvimento local. Nesse campo entram as políticas públicas, que têm por objetivo promover o desenvolvimento econômico à escala local e regional, dentro das novas condições concorrenciais do capitalismo.

Conforme assinala Cruz (Ibid), os elementos sociais e culturais, como cooperação ou espírito comunitário, solidariedade, tornam-se fatores de produção ou se combinam para produzir vantagens competitivas de elevada performance. Para ele, esses elementos acabam por produzir capacidade de realizar um processo efetivo de democratização dentro das comunidades.

Nesse aspecto, as diferenças de enfoque em relação ao modelo anterior podem ser percebidas no quadro abaixo:

ENFOQUE CONVENCIONAL	ENFOQUE ALTERNATIVO
<ul style="list-style-type: none"> <li>i. Crescimento quantitativo como guia: maximização da taxa de crescimento do produto interno bruto;               <ul style="list-style-type: none"> <li>· Desenvolvimento polarizado;</li> <li>· Crescimento hierarquizado e cantralizado;</li> <li>· Controle exercido pelas classes economicamente dominantes;</li> <li>· Intervenções setoriais: pólos de crescimento, polígonos industriais, zonas francas;</li> </ul> </li> <li>ii. Estratégia baseada no apoio externo: investimentos estrangeiros, ajuda exterior;</li> <li>iii. Tese do transbordamento ou difusão do crescimento a partir dos núcleos centrais: tese da locomotiva: os países centrais arrastam os países em desenvolvimento;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>i. Maior preocupação para:               <ul style="list-style-type: none"> <li>· melhorar distribuição de renda;</li> <li>· assegurar a sustentabilidade ambiental;</li> <li>· elevar a qualidade de vida;</li> <li>· melhorar as relações trabalhistas;</li> <li>· satisfazer as necessidades básicas da população;</li> </ul> </li> <li>ii. Potencialização dos recursos próprios:               <ul style="list-style-type: none"> <li>· articulação do tecido produtivo territorial;</li> <li>· maior vinculação do tecido empresarial local;</li> <li>· mais controle do processo de desenvolvimento</li> </ul> </li> <li>iii. Estímulo de iniciativas de desenvolvimento local;</li> <li>iv. Desenvolvimento territorialmente mais equilibrado;</li> <li>v. Criação de ambiente institucional que impulse o desenvolvimento do potencial local;</li> <li>vi. Controle exercido pelas comunidades locais;</li> </ul>

Quadro 1 - Diferenças de Enfoque de Modelo de Desenvolvimento.

Fonte: Adaptado de: ALBUQUERQUE, Francisco. Fortaleza: BNB, 1998.

Como se pode observar, na busca do equilíbrio do desenvolvimento se supõe um potencial de desenvolvimento endógeno, que deve ser identificado e se manter articulado à estrutura social e política. Os gestores locais devem atuar promovendo a criação dos espaços de intervenção, que por sua vez, devem definir uma agenda de atuação que envolva o conjunto da sociedade organizada.

Verifica-se nesta formulação, que é o fator endógeno quem deverá transformar o crescimento em desenvolvimento através da organização da região e, ao mesmo tempo, a capacidade de inclusão social.

Contudo, para delimitar com maior precisão o conceito de desenvolvimento local ou endógeno é necessário diferenciá-lo do mero crescimento econômico. A presença de novas atividades numa região, num estado ou município pode elevar os seus níveis de



produção e renda, sem que, entretanto, ocorra um processo de desenvolvimento econômico e social. Para Boisier (1993), o processo de desenvolvimento de uma região depende fundamentalmente

da sua capacidade de organização social que se associa ao aumento da autonomia regional para tomada de decisões, ao aumento da capacidade de reter e reinvestir o excedente econômico gerado pelo processo de crescimento, a um crescente processo de inclusão social e a um processo de permanente conservação e preservação do ecossistema regional (Ibid, p. 53).

A noção de poder local aparece fundamentada na presença de uma rede de atores locais e das relações que configuram o sistema produtivo no qual, os agentes econômicos, sociais, políticos e institucionais se organizam com sua cultura própria e geram uma dinâmica de aprendizagem coletiva. Juntos, exercem a cooperação para inovar e competir, resultando “que el desarrollo regional jamás puede ser exógeno; el atributo de la ‘endogeneidad’ es condición sine qua non del desarrollo, pero no necesariamente del crecimiento” (VÁZQUEZ BARQUERO, 1998, p. 20).

Não é demais assinalar os aspectos mais substantivos da nova formulação:

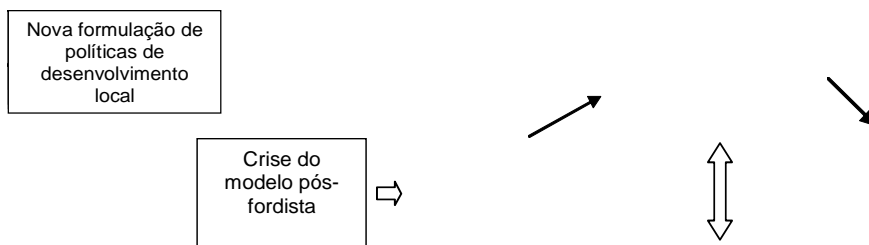


Figura 5 – **Transição para o Modelo de Economia Flexível.**

FONTE: Adaptado de: ALBUQUERQUE, Francisco. Fortaleza: BNB, 1998.

Trata-se de uma estratégia que deve impulsionar mecanismos de ações para a comunidade local, a valorização do seu potencial inovador e os seus valores culturais, em um processo de articulação produtiva entre os atores locais e os agentes do desenvolvimento. Naturalmente, o que se faz é uma transferência de competências e de poder, num contexto de descentralização político-territorial.

Para tal realização deve ocorrer um processo de negociação estratégica de agentes territoriais, o apoio político administrativo dos gestores públicos locais, além da incorporação

de inovações tecnológicas no tecido produtivo local. Nesta perspectiva, o território socialmente organizado e suas peculiaridades culturais são aspectos importantes.

Observa-se, no entanto, que a heterogeneidade econômico-regional das diferentes nações, somada às transformações estruturais pelas quais a economia mundo vem passando resulta na falta de correspondência entre o discurso presente nos projetos que são elaborados para o local e as práticas espaciais desenvolvidas.

Uma evidência empírica desta prática territorial pôde ser analisada em pesquisa de campo, realizada no município de Barreira, no estado do Ceará, durante o mês de julho do ano de 2006.

O território apropriado pelo capital vem tendo seu uso regulado para fins de um bom aproveitamento. Um aproveitamento em estreita correspondência com padrões adequados aos interesses do mercado. Essa prática envolve não só atores privados empresariais e a sociedade civil em seu conjunto, mas gestores públicos, alertando para que o desenvolvimento pretendido não é resultado exclusivo de ações empresariais, mas depende, fundamentalmente da forma como o conjunto da comunidade organiza as condições da produção. O espaço territorial, dado o seu potencial, é concebido como agente no processo de adequação das condições pretendidas pela lógica de desenvolvimento que se institui.

Esse contexto indica a emergência do território e do seu caráter empreendedor, da autogestão, participação e poder local, como pressupostos da sustentabilidade do/no desenvolvimento. Um conjunto de conceitos, cujos conteúdos revestem-se (seja no plano do 'empreendedorismo destacado'<sup>8</sup>, seja no plano das políticas de redução da pobreza) do clichê da valorização cultural, que impulsiona a otimização da eficiência e dos resultados. Para Alexandrina Luz Conceição, partidos e sindicatos perdem espaço enquanto agentes de mudanças para associações filantrópicas, organizações comunitárias e não-governamentais.

A sociedade civil é convocada, em nome do princípio da cidadania, para assumir o dever cívico de substituição dos poderes políticos 'corrompidos'. Papel exacerbado, a partir de valores estigmatizados na responsabilidade da representação da cidadania, arregimentados nos novos pilares sociais da mediação das esferas pública e privada, tendo a família como signo da necessidade do amor, do respeito e da disciplina, e a comunidade como signo da necessidade da manutenção da solidariedade, da negação da violência (CONCEIÇÃO, 2005, p. 167).

Tudo em nome da soberania absoluta do mercado que, via de regra, demanda a ampliação da exploração dos recursos e dos homens. Supõe uma mudança de paradigma

---

<sup>8</sup> David Harvey, no livro *A Produção Capitalista do Espaço*, destaca que o novo empreendedorismo se apóia na parceria público-privada, por meio da construção especulativa do lugar, em vez da melhoria das condições num território específico, enquanto seu objeto econômico imediato (ainda que não exclusivo) (2001).

de gestão, que responde às necessidades de todos, à justiça social. A idéia de desenvolvimento local trás um conteúdo de assunção pela sociedade civil do controle de suas atividades de produção, de sua vida cotidiana e das decisões públicas, isso tudo para dar sentido a um modelo ideal de desenvolvimento, que procura escamotear o caráter contraditório do capitalismo (LOWY, 2000).

O discurso do desenvolvimento local trás a vantagem de possibilitar, de maneira tranqüila, uma das formas mais perspicazes de dominação de grupos e pessoas. Em nome de todos, dos interesses da humanidade, ultrapassa-se os direitos mais primários das nações.

Mas, se na leitura crítica o desenvolvimento local se constitui apenas um fetiche, ele é atrativo e artificioso e o seu caráter falaz faz com que os governos responsáveis pela espacialização de políticas públicas, o utilize, de maneira a tornar suas propostas consensuais, sobretudo, entre as populações carentes.

Conclui-se que, a exaltação a uma prática que reifica o local, por que atribui à comunidade local as determinações do sucesso ou do insucesso das políticas públicas ou programas de desenvolvimento, não admite a imersão dos lugares na competição do capital transnacional, e nem a sua obediência aos parâmetros de exploração próprios do modelo de acumulação que se estabelece pela subjugação ao mercado.

O discurso do desenvolvimento local com justiça social ignora a lógica da competição e do lucro sempre crescente. Ao assumir esta leitura, observa-se que a produção do lucro pela apropriação dos lugares é a forma da produção da pobreza, confirmando a tese de que o domínio do espaço se realiza de forma perversamente desigual e combinadamente contraditória, o que inviabiliza a possibilidade de um modelo de desenvolvimento mais justo.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Francisco. *Desenvolvimento econômico local e distribuição do progresso técnico: uma resposta às exigências do ajuste estrutural*. Fortaleza: BNB, 1998.
- BELLUZZO, L. G. M. *Crescimento para Garantir o Pleno Emprego: as Condições Macroeconômicas*. In: Carlos Lessa [et al.]. O Rio Pensa O Brasil. Rio de Janeiro: Sermograf, 2001, v. 1, p. 111-118.
- BENNET, Robert. J. *Decentralización Local Governements, and Markets – Towards a Post – Welfare Agenda*. New York. Oxford University Press, 1990
- BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos 2: por um movimento social europeu*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001
- CASTELLS, A *Sociedade em Rede - A Era da Informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHESNAIS, François. A “Nova Economia”: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense. In: CHESNAIS, F. [et al.]. *Uma Nova Fase do Capitalismo*. São Paulo: Xamã, 2003
- CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. *A Geografia do Espaço da Miséria*. In: Revista Scientia Plena, vol. 01, nº. 06, Aracaju, 2005, pp. 166 – 170.
- \_\_\_\_\_. *A Insustentabilidade do Desenvolvimento Sustentável*. In: Revista Esforia:

- Programa de Pós Graduação em Agroecossistemas/UFSC, ano 02, vol. 02, nº. 02, 2004, pp. 79 – 91.
- DIEGUES, Antonio.C. *Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas*. In: São Paulo em perspectiva, jan -jun. 1992., 6 (1-2): 22-29p.
- DUMÉNIL, G. & LÉVY, D. *Introdução à Discussão\_ uma nova fase do capitalismo? Três interpretações marxistas*. In: CHESNAIS, F. [et al.]. *Uma Nova Fase do Capitalismo*. São Paulo: Xamã, 2003.
- FERNANDES, Marcionila. *Desenvolvimento Sustentável: antinomias de um conceito*. Revista Raízes. Campina Grande. Vol. 21, no. 02, p. 246-260, jul/dez, 2002.
- FIORI, José Luís. *Os Moedeiros Falsos*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- FRIEDMAN, M. *Capitalismo e Liberdade*. São Paulo, Nova Cultural, 1985.
- HARVEY, David. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Anablume, 2005.
- LOWY, Michael. *A Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado*. In: LOWY, Michael & BENSALID, Daniel. *Marxismo, Modernidade e Utopia*. São Paulo: Xamã, 2000, p. 160 -167.
- MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital. – rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- \_\_\_\_\_. *O Poder da Ideologia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- SANTOS, Boaventura de Souza (org.) *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.
- SANTOS, Milton. & SILVEIRA, M. L. *Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- \_\_\_\_\_. *O Retorno do Território*. In: SANTOS, et all (Orgs.). *Território. Globalização e fragmentação*. 2º ed. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1996.
- SMITH, Neil *Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção do espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- SOUZA, Angelita Matos. *Estado e Dependência no Brasil* São Paulo: Annablume, 2000.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. *O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*. In: CASTRO, Iná; GOMES, Paulo César da Costa; Geografia: Conceitos e Temas.. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996
- VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio. *Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *Mundialização ou era de transição: uma visão de longo prazo da trajetória do sistema-mundo*. In: CHESNAIS, F. [et al.]. *Uma Nova Fase do Capitalismo*. São Paulo: Xamã, 2003.

Recebido para publicação dia 29 de Novembro de 2007

Aceito para publicação dia 12 de Fevereiro de 2008